

**EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A AMÉRICA LATINA SOB A ÓTICA DO  
"DESENVOLVER A PRIMEIRA INFÂNCIA" DO BANCO MUNDIAL**

***EARLY CHILDHOOD EDUCATION FOR LATIN AMERICA UNDER THE  
PERSPECTIVE OF "DEVELOPING EARLY CHILDHOOD" OF THE WORLD BANK***

***EDUCACIÓN INFANTIL PARA AMÉRICA LATINA BAJO LA PERSPECTIVA DE  
"DESARROLLO DE LA INFANCIA TEMPRANA" DEL BANCO MUNDIAL***



Camila Maria BORTOT<sup>1</sup>  
e-mail: camilabortot@gmail.com



Elisângela Alves da Silva SCAFF<sup>2</sup>  
e-mail: elisscaff@gmail.com



Kellcia Rezende SOUZA<sup>3</sup>  
e-mail: kellcia@hotmail.com

**Como referenciar este artigo:**

BORTOT, C. M.; SCAFF, E. A. S.; SOUZA, K. R. Educação Infantil para a América Latina sob a ótica do “desenvolver a primeira infância” do Banco Mundial. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 34, n. 00, e023011, 2023. e-ISSN: 2236-0441. DOI: <https://doi.org/10.32930/nuances.v34i00.10251>



| **Submetido em:** 22/08/2023  
| **Revisões requeridas em:** 15/09/2023  
| **Aprovado em:** 19/10/2023  
| **Publicado em:** 30/12/2023

**Editores:** Profa. Dra. Rosiane de Fátima Ponce  
Prof. Dr. Paulo César de Almeida Raboni  
**Editor Adjunto Executivo:** Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá – PR – Brasil. Professora do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá. Pós-Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba – PR – Brasil. Professora Associada do Departamento de Planejamento e Administração Escolar da Universidade Federal do Paraná (DEPLAE/UFPR).

<sup>3</sup> Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados – MS – Brasil. Professora Adjunta da Faculdade de Educação. Pós-Doutoranda em Educação pela UFPR.

---

**RESUMO:** Este estudo busca analisar de forma crítica a Educação Infantil na América Latina sob a ótica do "Desenvolver A Primeira Infância" (DPI) do Banco Mundial. Mediante uma abordagem qualitativa, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, com base prioritária de dados dos documentos do Banco Mundial – e de seus experts – nos últimos anos. O estudo revela de que maneira o Banco tem como agenda o DPI a partir de programas sociais e educacionais para o desenvolvimento econômico e a (re)produção de capital humano futuro, fortalecida pelo discurso da neurociência. Para isso, os documentos manifestam o como desenvolver esses programas legitimados de boas práticas de educação, nutrição e saúde, descentralizadas e em multinível, ou seja, em práticas intersectoriais com alianças com o setor privado. Por fim, ao contrário da perspectiva do Banco, defende-se que é fundamental Desenvolver a Primeira Infância pautada em uma perspectiva crítica, emancipatória e decolonial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Educacionais. Banco Mundial. DPI. Educação Infantil. América Latina.

**RESUMEN:** Este estudio tiene como objetivo analizar de manera crítica la Educación Infantil en América Latina desde la perspectiva de "Desarrollar la Primera Infancia" (DPI) del Banco Mundial. A través de un enfoque cualitativo, se llevó a cabo una investigación bibliográfica y documental, con base prioritaria en datos de los documentos del Banco Mundial, así como en la información proporcionada por sus expertos en los últimos años. El estudio revela de qué manera el Banco establece la agenda del DPI a través de programas sociales y educativos para el desarrollo económico y la (re)producción del capital humano futuro, fortalecido por el discurso de la neurociencia. Para lograr esto, los documentos expresan cómo desarrollar estos programas, legitimados como buenas prácticas en educación, nutrición y salud, descentralizados y en niveles múltiples, es decir, a través de prácticas intersectoriales con alianzas con el sector privado. Finalmente, en contraposición a la perspectiva del Banco, se defiende que es fundamental Desarrollar la Primera Infancia desde una perspectiva crítica, emancipadora y decolonial.

**PALABRAS CLAVE:** Política Social Educativa. Banco Mundial. Desarrollo de la Primera Infancia. América Latina.

**ABSTRACT:** This study aims to critically analyze Early Childhood Education in Latin America from the perspective of the World Bank's "Developing the First Years" (DFY) initiative. It employs a qualitative approach, and bibliographic and documentary research was conducted, primarily based on data from World Bank documents – and its experts – in recent years. The study reveals how the Bank prioritizes the DFY agenda through social and educational programs for economic development and the (re)production of future human capital, strengthened by the neuroscience discourse. To achieve this, the documents articulate how to develop these legitimized programs as best practices in education, nutrition, and health, decentralized and at multiple levels, i.e., through intersectoral practices with alliances with the private sector. In conclusion, contrary to the Bank's perspective, it is argued that it is essential to Develop Early Childhood based on a critical, emancipatory, and decolonial perspective.

**KEYWORDS:** Educational Social Policy. World Bank. Developing Early Childhood. Latin America.

---

## Introdução

O Banco Mundial (BM) atua, desde a sua criação em 1944, na concessão de empréstimos a países-membros e desenvolve um conjunto de estudos e consultorias para governos sobre temas, como pobreza, agricultura, indústria, questões ambientais, dentre outros conteúdos voltados às políticas públicas. Na educação, a sua produção intelectual visa, sobretudo, a diagnosticar problemas educacionais e propor soluções que, frequentemente, abrangem reformas econômicas e sociais para diversos setores da sociedade. Com isso, produz orientações, argumentos e diretrizes voltadas à educação, com o intuito de debater questões internacionais, especialmente a formação de capital humano e o alívio/gestão da pobreza.

Nesse contexto, o Banco Mundial (BM) promove uma agenda de referencial global que engloba diversos documentos. Estes documentos continuamente fornecem “orientações” às partes interessadas, incluindo os países signatários, sobre prioridades políticas. O BM oferece apoio especializado através de consultorias e assessorias técnicas para países que buscam desenvolver e implementar políticas específicas. Além disso, divulga recomendações sobre políticas docentes por meio da participação de consultores em eventos, congressos, publicações de livros e outras produções.

O Banco Mundial também estabelece parcerias com instituições do setor privado. Organiza reuniões, encontros e seminários que reúnem chefes de Estado e ministros para ouvir interpretações dos consultores sobre a necessidade de atingir metas educacionais. Esses eventos visam ampliar o diálogo sobre as diretrizes da estratégia, buscando avançar na convergência de agendas e ações (BRITO NETO; SHIROMA, 2015).

Dentre as prioridades argumentativas e orientadoras dos documentos do Banco para a educação, está a Educação Infantil com o eixo central de Desenvolvimento da Primeira Infância (DPI). Desde 1970, encontram-se recomendações à Educação Infantil nos Documentos Setoriais de Educação (WORLD BANK, 1974) e que vêm, desde o limiar do século XXI, constituindo-se, via sua rede de *experts*, na difusão de argumentos para um público decisivo no processo de formulação, implementação e avaliação (DENBOBA *et al.*, 2014a, 2014b, 2014c; EVANS; KOSEC, 2011; GAAG; TAN, 1998; MYERS, 1992; NAUDEAU *et al.*, 2011; SAYE; WODON, 2014; VEGAS; SANTIBÁNEZ, 2010; YOUNG, 1996).

Concernente ao exposto, este artigo apresenta alguns dos resultados de uma pesquisa inserida no campo das discussões sobre as influências dos Organismos Multilaterais na hibridização de políticas educacionais para a infância na América Latina. Nesse ínterim, objetiva-se analisar de forma crítica a Educação Infantil na América Latina sob a ótica do

"Desenvolver A Primeira Infância" (DPI) do Banco Mundial. Metodologicamente, a pesquisa que fundamenta o presente texto tem uma abordagem qualitativa, constituindo-se como bibliográfica e documental, na medida em que se busca a compreensão da produção do conhecimento científico acerca de determinados recortes da realidade investigada.

Cumprir registrar que os documentos são atividades humanas que revelam suas ideias, opiniões e formas de atuação e percepção de mundo, a partir de documentos escritos, numéricos, estatísticos, visuais, dentre outros (BRAVO, 1991). Embora a pesquisa documental possibilite uma multiplicidade de aportes, na presente investigação, destacam-se os documentos escritos, oriundos, predominantemente, do Banco Mundial e de seus consultores, cuja análise será realizada a partir da literatura atinente ao tema e ao contexto sócio-histórico.

A empiria foi estruturada em dois momentos distintos. Inicialmente, são apresentados o que o Banco Mundial caracteriza como Desenvolver a Primeira Infância (DPI) e suas intenções. Posteriormente, realiza-se uma análise descritiva das abordagens sobre o desenvolvimento da primeira infância, considerando os argumentos do Banco Mundial e de seus consultores nos últimos anos em relação à Educação Infantil na América Latina.

Vale demarcar, por fim, que a expressão 'expert' será utilizada ao longo desta exposição conforme o sentido técnico-político a ela atribuído por Shiroma (2014). Segundo a autora, a atividade dos *experts* vai além do domínio técnico de determinado campo do conhecimento ou área de intervenção profissional, relacionando-se, também, à garantia da sustentabilidade dos planos de reformas educacionais. Para tanto, esses planos intervêm como mediadores de conflitos, promovem a adequação de agendas transnacionais ao âmbito local, difundem ideias e propostas, fornecem aconselhamento científico na tomada de decisões, além de criar a reformular o conhecimento engajado para política.

### **Desenvolver a primeira infância: O que esse slogan revela?**

O termo 'Desenvolvimento da Primeira Infância' (DPI) é um conceito recorrente, que é caracterizado como *slogan*, quando se trata da Educação Infantil nos documentos produzidos pelo Banco Mundial e/ou publicados por seus consultores, que, em sua maioria, são economistas. Desde 1970, há uma aproximação com o DPI, que se articula com a pobreza, de modo a alinhar a educação de pais com a nutrição das gestantes e de seus filhos (WORLD BANK, 1974). Em 1980, no documento intitulado *Education: sector policy paper*, como pontos de entrada estratégicos de DPI, foram destacados programas que envolvessem nutrição, saúde

e desenvolvimento social, com ênfase no papel da pré-escola em programas de educação de pais sobre saúde, nutrição e vida familiar (WORLD BANK, 1980).

Na década de 1990, a publicação do documento *Prioridades y estratégias para la educación: estudio sectorial del Banco Mundial* (BANCO MUNDIAL, 1995) marcou o início da concessão de empréstimos para o desenvolvimento das crianças na primeira infância, de forma direta no documento como uma linha estratégica a ser seguida e como uma estratégia de financiamento pelo Banco. A propósito, uma das orientações do documento diz respeito ao papel da educação e a importância de esta gerar sinergias com os outros setores, como de nutrição e saúde, na formação do capital humano.

Nos documentos supracitados, as análises econômicas direcionam a Educação Infantil às ações de DPI, em que *investir* na infância (crianças e suas famílias), que está à margem das condições de vida consideradas produtivas pelo Estado, é um risco social que demanda acompanhamento (PENN, 2002). Assim, a aliança entre economia e Educação Infantil como estratégia de investimento no capital humano de crianças pobres é fundamental para o alívio da pobreza (CARVALHO, 2016). Logo, DPI envolve não somente as ações de educação, mas também as que se relacionam à saúde, ao apoio à família, ao emprego e à integração social.

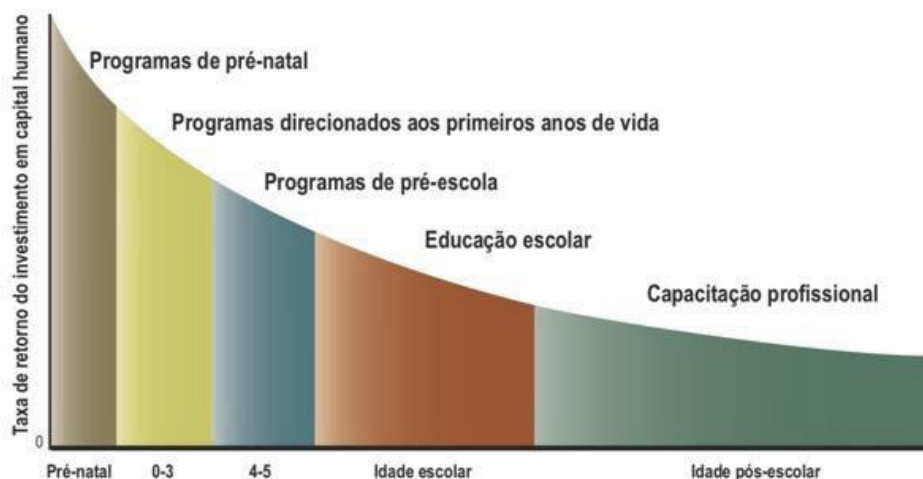
Por sua vez, essas proposições se focam no desenvolvimento de habilidades que objetivam a formação de um indivíduo produtivo e empreendedor de si mesmo – o cidadão do futuro – e se estruturam sob a integração equidade-custo-efetividade, ou seja, ao mesmo tempo, em que promove a manutenção da pobreza, cuja assistência educativa envolve a ampliação de parcerias mercantis e filantrópicas na América Latina e Caribe (BORTOT, 2022; BORTOT; LARA, 2019). Essas anúncios materializam a pauta financeira traçada nos anos 1990 e início dos anos 2000 pelo Banco Mundial: bom investimento em uma noção produtiva e instrumental da primeira infância que emerge da teoria do capital humano, fortalecida pelo discurso da neurociência (MARQUEZ, 2016).

Pereira (2010, p. 457) assinala que, ao longo da história, os OM adquiriram uma legitimidade ampla, disseminada e sólida como “fonte de dados, alicerçador de ideias, formador de policy-makers, produtor de análises comparativas e guia em matéria de políticas de desenvolvimento”, de maneira a divulgar, legitimar e produzir estudos sobre os impactos de programas de êxito para o DPI, voltado à tríade desenvolvimento humano, social e econômico.

Nessa tríade, economistas realizaram pesquisas evidenciando a importância do investimento na Educação Infantil, ao considerarem que é o investimento social mais rentável para a sociedade (HECKMAN, 2000; HECKMAN; PINTO; SAVEKYEV, 2013). O

investimento em programas de DPI tem, dessa forma, uma alta taxa de retorno para toda a sociedade. Algumas estimativas realizadas pelo economista norte-americano, James Heckman, ganhador do Prêmio Nobel de Economia, em 2000, indicam que, para cada US\$ 1 investido em políticas de primeira infância, há um retorno para a sociedade de até US\$ 17 (UNICEF, 2019). Para isso, condições nutricionais, ambiente familiar, nível de escolaridade da mãe, qualidade das intervenções recebidas na creche, dentre outros aspectos, são colocados no cálculo de custos e retorno. É esse cálculo que permite prescrever as condutas adequadas e orientar medidas objetivando a minimização dos riscos de que as crianças pobres não se desenvolvam satisfatoriamente.

**Figura 1** – Inversão estratégica: programas em infância e suas taxas de retorno em capital humano de Heckman



Fonte: Heckman *et al.* (2008)

Para Heckman *et al.* (2008), os investimentos em capital humano, além de reduzirem as desigualdades, reduzem – e até mesmo eliminam – o trade-off eficiência *versus* equidade, pois, de modo geral, esses investimentos são mais equitativos devido à semelhança das crianças nos seus primeiros anos de vida, independentemente de seu contexto cultural de origem. Nessa visão econômica, o objetivo principal do desenvolvimento da criança é produzir uma população adulta frutífera, ao favorecer a existência de comunidades mais fortes e economicamente prósperas.

O impacto da educação sobre o desenvolvimento infantil vem sendo amplamente discutido pela literatura econômica (ARAÚJO, 2011; VIANA, 2012). Portanto, desenvolver a primeira infância, na perspectiva do Banco Mundial, envolve políticas de educação e a importância em sinergia com os outros setores, como de nutrição e saúde na formação do capital

humano, haja vista a eficiência econômica da Educação Infantil e a sua magnitude como solução dos diversos problemas de ordem econômica, política e social que afetam os países em desenvolvimento.

Com o objetivo de promover o desenvolvimento na primeira infância, propõe-se a integração da educação e saúde em programas intersetoriais cuidadosamente planejados, considerando-os como pontos estratégicos de investimento. A abordagem inclui programas domiciliares que educam pais e mães sobre temas como saúde, nutrição e higiene nos primeiros anos de vida. Além disso, busca-se articular parcerias público-privadas para oferecer programas formais e informais de saúde, nutrição e estimulação, integrados a creches domiciliares ou com apoio em centros de Educação Infantil de caráter não institucionalizado (BANCO MUNDIAL, 1995, 2000).

Essas questões são desenvolvidas ao longo do século XXI de *como* desenvolver a primeira infância. Para tanto, uma rede de *expertise* e *advocacy* foi estabelecida para a Educação Infantil com base na intersectorialidade, a fim de atender à agenda de educação e saúde do Banco Mundial. Nesse sentido, a seção a seguir demonstra, na perspectiva do Banco, *como* desenvolver a primeira infância, com a finalidade de constituir uma agenda globalmente estruturada de Educação Infantil na América Latina.

### Como desenvolver a primeira infância: Os argumentos do Banco Mundial

Fundamentalmente, desenvolver a primeira infância é uma forma estratégica de unir desenvolvimento econômico à gestão da pobreza na região latino-americana (BORTOT, 2022). Estudos recentes publicados pelo Banco Mundial e seus *experts* demonstram *o que fazer e como fazer* para alcançar um investimento na primeira infância visando a grandes retornos, para atendimento da pauta de união do desenvolvimento social ao desenvolvimento econômico via educação. Ou seja, além de caracterizar a importância de desenvolver a primeira infância, na perspectiva econômica, desenvolvem aquilo que chamam de *boas práticas de educação e saúde descentralizadas e em multinível*.

No documento *Education sector strategy update: achieving education for all, broadening our perspective, maximizing our effectiveness* (BANCO MUNDIAL, 2006), a educação se vincula à agenda de desenvolvimento econômico, com a proposta de ajudar a integrar a educação nas estratégias econômicas nacionais. Para o Desenvolvimento da Primeira

Infância, são propostas, novamente, intervenções integradas de educação, saúde, nutrição, promoção do desenvolvimento social e cognitivo de crianças de 0 a 6 anos de idade.

Em 2007, a instituição publicou um importante estudo, intitulado *Early Child Development From Measurement to Action International Bank for Reconstruction and Development*, específico para a primeira infância (BANCO MUNDIAL, 2007). O item ‘Desenvolvimento da Primeira Infância: Aumentando a Conscientização e Investimentos’ demarcou que os programas de crescimento e desenvolvimento de crianças pequenas (idades 0-6 anos) são o “melhor investimento para desenvolver o capital humano necessários para o crescimento econômico” (BANCO MUNDIAL, 2007, p. 70, tradução nossa), haja vista que os programas para a etapa, sintetizando o estudo do Banco, são base da formação de capital humano; têm a maior taxa de retorno no desenvolvimento econômico; expressam a maneira mais econômica de reduzir a pobreza e promover o crescimento econômico.

Para tanto, o documento enfatiza os tipos de suporte e opções alternativas para programas de DPI, com rede de cooperação multinível:

O suporte para programas de DPI é necessário para pais, comunidades, clínicas, organizações não governamentais (ONGs), outros locais e instituições regionais instituições sociais e governamentais maiores departamentos. Opções alternativas d DPI: Uma gama completa de opções deve estar disponível para crianças, pais comunidades. Ter alternativas e opções complementares econômicas reduzirão custo geral do DPI programas e aumentarão o acesso a esses programas de DPI por parte dos pobres e/ou crianças e famílias rurais (BANCO MUNDIAL, 2007, p. 213, tradução nossa).

Além disso, acentua a atuação da sociedade civil em *formas cooperativas* “criativas” de financiamento em alguns países da Ásia e Pacífico, Europa Central, Ásia, América Latina e Caribe, Oriente Médio, Norte da África e África Subsaariana:

A Indonésia está explorando o financiamento público de iniciativas voltadas para a comunidade Programas de DPI.

O Brasil está fazendo parceria com fundações e bancos privados para construir capacitação em cuidadores de DPI.

O Open Society Institute continua a fornecer financiamento catalítico e assistência em 30 países.

Jamaica está iniciando legislação e políticas para estimular o financiamento para o desenvolvimento da primeira infância.

A República Dominicana estabeleceu um Fundo Competitivo para inovações educacionais (BANCO MUNDIAL, 2007, p. 258, tradução nossa).

No documento de 2007, o Banco Mundial destaca o trabalho com a educação para a infância no Brasil, em sua publicação, como um exemplo a ser seguido a partir de práticas de



sucesso baseadas em evidências. O programa em foco foi o “Fundo do Milênio do Brasil para a primeira infância/*Brazil’s Millennium Fund for Early Childhood*” (BANCO MUNDIAL, 2007, p. 215), desenvolvido pelo Banco em parceria com o UNICEF e a UNESCO, aos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina<sup>4</sup>. O objetivo era que um fundo poderia galvanizar a participação do setor privado e aumentar o nível de esforço e investimento no desenvolvimento da primeira infância, sobretudo “fornecer pequenas doações a comunidades e organizações não-governamentais (ONG) para estabelecer e manter serviços de DPI de qualidade para crianças pequenas” (BANCO MUNDIAL, 2007, p. 216, tradução nossa) em instituições comunitárias, filantrópicas ou públicas.

O que fazer e quem fará os programas de DPI estão explícitos: incrementou-se, notadamente, a participação de organizações da sociedade civil que integram redes sociais internacionais, regionais e nacionais e a disputa de hegemonia para realizar os programas de DPI em parceria com o nível local, uma vez que a educação para a infância, geralmente, encontra-se lotada em nível municipal/provincial. A legitimidade de redes de governança não está dada; precisa ser conquistada, negociada no âmbito do Estado *stricto sensu* e da sociedade civil (SHIROMA, 2020) – e, no caso das orientações e dos estudos produzidos pelo Banco Mundial, a receita está pronta na busca de avançar na convergência de agendas e ações multilaterais.

Nessa perspectiva, salienta-se o documento *The Promise of Early Childhood Development in Latin America and the Caribbean*, publicado, em 2010, por Emiliana Vegas e Lucrecia Santibáñez<sup>5</sup>, com fomento do Banco Mundial, integrante da *Latin American Development Forum Series*<sup>6</sup> e patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe e o Banco Mundial.

Após realizar uma análise abrangente do desenvolvimento na primeira infância na América Latina e no Caribe, com destaque para a precariedade da participação feminina na força de trabalho, a pobreza, a mortalidade infantil, a nutrição, a saúde e o contexto socioeconômico familiar, observou-se que a cobertura dos serviços de Desenvolvimento na Primeira Infância (DPI) na América Latina permanece baixa. Os programas existentes alcançam

---

<sup>4</sup> Cachoeira do Sul, Canela, Guaíba, Montenegro, Sapucaia do Sul, Charqueadas e Porto Alegre (RS); Chapecó, Itajaí, Joinville e Lages (SC).

<sup>5</sup> Consultoras economistas do setor de Educação do Departamento de Desenvolvimento Humano do Banco Mundial.

<sup>6</sup> Essa série foi criada em 2003 para promover o debate, divulgar informações e análise, além de transmitir o entusiasmo e a complexidade da maioria das questões atuais do desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe sobre política fiscal, mudanças climáticas, imigração, trabalho, governança corporativa, globalização e DPI.

apenas uma pequena fração do potencial beneficiário, especialmente entre as crianças mais jovens.

Os programas de DPI orientados incluem conteúdos que educam pais sobre como cuidar melhor de seus filhos (práticas parentais), programas para garantir que crianças de 0 a 2 anos de idade tenham cuidados infantis de múltiplos arranjos de atendimento, como os comunitários para crianças de 0 a 3 anos e programas de educação pré-escolar para crianças de 3 a 6 anos. Tais programas devem “beneficiar principalmente crianças de origens mais pobres” (VEGAS; SANTIBÁÑEZ, 2010, p. 29, tradução nossa).

A propósito, a maioria desses programas busca objetivos comuns, como: melhoria da qualidade de vida de uma criança em desenvolvimento no início da vida, incluindo o seu desenvolvimento cognitivo e socioemocional, crescimento físico e bem-estar; aprimoramento de cuidados pré-natais da mãe com serviços e informações para fortalecer a probabilidade de parto de um bebê saudável; e educação dos pais e/ou cuidadores em melhores práticas parentais, de saúde e higiene, proporcionando-lhes a oportunidade de participar na força de trabalho no futuro. Ainda se enfatiza que os programas de DPI na América Latina são importantes por afetarem a comunidade em geral que assistem crianças do nascimento aos 6 anos, como mães, cuidadores, creches, pré-escolas e centros de saúde (VEGAS; SANTIBÁÑEZ, 2010).

Essas afirmações, segundo as autoras, baseiam-se em um dos muitos benefícios das intervenções de DPI em países desenvolvidos e em desenvolvimento – e que, aliás, devem ser ofertados de forma intersetorial e multisetorial:

Idealmente, tais políticas criam vínculos entre diferentes áreas de políticas que afetam crianças pequenas, incluindo serviços como saúde, nutrição, educação, água, higiene, saneamento e proteção legal. Em outras palavras, as políticas nacionais são multidisciplinares e multissetoriais, fornecendo uma estrutura que pode coordenar o trabalho dos vários setores do governo necessários para fornecer serviços integrados de DPI (VEGAS; SANTIBÁÑEZ, 2010, p. 29, tradução nossa).

Antes de indicar o *que* e *como* fazer esses programas, Vegas e Santibañez (2010) buscam legitimar as suas considerações em evidências sobre intervenções de desenvolvimento na primeira infância em todo o mundo de abordagem intersetorial, como os denominados *Small programs*, quais sejam: *The Perry Preschool Program*, na cidade Ypsilanti, Michigan (EUA); *The Carolina Abecedarian Program*, na Carolina do Norte (EUA); *Chicago Child Parent Program* (EUA); outros denominados de *Large-scale programs*, como: *The Head Start Program*, nos EUA; *Community Mothers Programme* (CMP), na Irlanda; *Preschool Education*

*Project* (EPPE), no Reino Unido; *Nutrition and Early Child Development Program*, na Uganda; e *The Turkish Early Enrichment Project*, na Turquia.

Em síntese, as consultoras do BM assinalam que esses programas *compensam* consequências associadas à desigualdade via trabalho educacional. Assim, demarcam a coordenação intersetorial de programas e projetos (e não políticas) para crianças e famílias pobres. Ao final do documento, indicam o *como* aumentar a cobertura dos programas de DPI, “com base em programas de sucesso existentes para resolver os desafios específicos do país” (VEGAS; SANTIBÁÑEZ, 2010, p. 127, tradução nossa).

Além da coordenação intersetorial para o atendimento, orientam as formas de provimento da expansão em colaboração:

[...] grupos internacionais e fundações operacionais que estão comprometidas com financiamento de programas de longo prazo em comunidades de baixa renda, como a comunidade cristã Children’s Fund, Save the Children, Plan International e World Vision pode, ocasionalmente, fornecer financiamento intermediário para um programa nacional. As ONGs internacionais geralmente dependem de doadores e benfeitores privados que estão dispostos a fornecer financiamento sustentável de longo prazo para crianças ou comunidades blocos de construção de tal política, todos os quais devem ser considerados no início do processo. Também a UNESCO, UNICEF, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Organização das Nações Unidas Estados e Organização Pan-Americana da Saúde. Essas grandes organizações oferecem suporte financeiro e assessoria técnica (VEGAS; SANTIBÁÑEZ, 2010, p. 158, tradução nossa).

A agenda concertativa integra as novas configurações de contrato social aos múltiplos arranjos de acordos entre os setores público e privado para o desenvolvimento da DPI. Os ditos suportes financeiros e assessoramento técnico têm como intuito a inserção e abertura à lógica mercantil, convergindo na (re)definição, no alinhamento e no controle das políticas, ao operacionalizar modelos mais flexíveis, descentralizados, de maneira a superar fronteiras e dicotomias pelo norte da reconfiguração do papel do Estado, ocultada pela promoção da ordem civil mediante ideais comunitários de coesão social colaborativa.

Em 2011, o BM publicou o estudo ‘Como Investir na Primeira Infância: Um Guia para a Discussão de Políticas e a Preparação de Projetos de Desenvolvimento da Primeira Infância’, das consultoras Sophie Naudeau, Naoko Kataoka, Alexandria Valerio, Michelle J. Neuman e Leslie Kennedy Elder<sup>7</sup>. O documento busca *dialogar politicamente* com os Ministros de

<sup>7</sup> Sophie Naudeau (especialista em desenvolvimento humano, da Rede de Desenvolvimento Humano, Unidade de Crianças e Jovens (RDHCJ), do Banco Mundial; Naoko Kataoka (consultor); Alexandria Valerio (economista sênior, RDHCJ); Michelle J. Neuman (especialista em DPI, do Departamento de Educação da Região da África, Nuances: Estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 34, n. 00, e023011, 2023. e-ISSN: 2236-0441 DOI: <https://doi.org/10.32930/nuances.v34i00.10251>

Finanças, do Planejamento e de Assuntos Sociais dos países, além de parceiros de desenvolvimento e a própria sociedade civil (ATINC<sup>8</sup>, 2011), fazendo ser, como indica o próprio título, um guia de porque investir em programas de DPI em seus determinantes: econômico, sobrevivência, saúde, prontidão<sup>9</sup> e sucesso escolar.

O primeiro fator, o econômico, revela-se como o mais influente e interliga-se aos demais. Conforme argumentado por Naudeau *et al.* (2011), intervenções nos primeiros anos de vida possuem o potencial de mitigar essas tendências negativas, proporcionando às crianças oportunidades ampliadas e resultados positivos no acesso à educação, na qualidade da aprendizagem, no crescimento físico e na saúde, resultando, eventualmente, em maior produtividade. Investir no Desenvolvimento na Primeira Infância (DPI) tem um efeito em cascata sobre a vida dos beneficiários, sendo uma das opções mais custo-efetivas que um país pode adotar para promover o desenvolvimento humano e formar o capital humano da nação (NAUDEAU *et al.*, 2011). Com base em evidências, crianças desfavorecidas que não têm acesso a programas de DPI de qualidade frequentemente não estão preparadas para aprender quando entram na escola primária, resultando em ineficiências no sistema de ensino público, com custos significativos para as famílias e a sociedade. Assim, há o estímulo de que investir cedo não só tem uma alta relação custo-benefício, mas também uma maior taxa de retorno do que as intervenções dirigidas às crianças maiores e aos adultos, caracterizando-se, portanto, como um “bom investimento financeiro” (NAUDEAU *et al.*, 2011, p. 40).

Os demais determinantes – sobrevivência e saúde; prontidão e sucesso escolar – se inter-relacionam no desenvolvimento dos programas de DPI de Primeira Infância e suas famílias, pois é necessária, assim como no estudo anterior, uma coordenação intersetorial e multisetorial no planejamento, no acompanhamento e na avaliação das intervenções.

Abrangem as áreas de saúde, nutrição, educação e proteção social, bem como ao fato de que o envolvimento do governo muitas vezes tem alcance limitado, a construção de um marco de políticas integradas pode aumentar a visibilidade de uma nação em relação a sua visão e metas em relação à primeira infância, esclarecendo as responsabilidades dos diferentes atores e agências, fornecendo orientações cruciais para os investimentos públicos e privados. Os arranjos institucionais de um país para a governança em DPI estão intimamente ligados ao desenvolvimento dessas políticas. No entanto, não

---

do Banco Mundial); e Leslie Kennedy Elder (especialista em nutrição sênior, Departamento de Saúde, Nutrição e População, do Banco Mundial).

<sup>8</sup> Argumento de Tamar Manuelyan Atinc, Vice-Presidente da Rede de Desenvolvimento Humano do Banco Mundial, que é autor do prefácio.

<sup>9</sup> Prontidão escolar diz respeito a quanto uma criança está preparada para aprender e obter sucesso na escola (ACKERMAN; BARNETT, 2005).

existe uma abordagem única que englobe todas as perspectivas (NAUDEAU *et al.*, 2011, p. 88).

O *como* fazer envolve, segundo os autores, custo-efetividade, e os resultados desses programas devem ter como público-alvo: pais, crianças, pais e filhos, do pré-natal aos 6 anos das crianças; tipos de serviços oferecidos: educacional (pré-escola, educação dos pais), apoio familiar associado à saúde e à nutrição, relacionando-se ao trabalho terapêutico, comunitário; alcance do programa: nacional, estadual, municipal, um único grupo; fontes de recursos: públicas, privadas, parcerias público-privadas e assistência internacional. Os modos de atendimento devem ser organizados em:

**Estruturas organizacionais** – uma descrição das estruturas administrativas e de coordenação que operam em todos os níveis de governo e no setor privado inclusive a estrutura organizacional e respectivas responsabilidades.

**Planos de investimento** – uma descrição de como os recursos humanos, institucionais, financeiros e materiais serão alocados e mobilizados, inclusive o equilíbrio entre recursos públicos e privados.

Estratégias de comunicação – uma descrição de como a comunicação irá fluir entre as estruturas administrativas e outras partes interessadas, incluindo a comunicação da defesa da política.

**Parcerias** – em particular as parcerias entre financiadores /doadores e implementadores, incluindo ONGs e organizações de base comunitária, e a responsabilidade pela sua coordenação.

**Processos de monitoramento e avaliação** – uma descrição dos sistemas de responsabilização, que irão medir, monitorar e avaliar o progresso em direção às metas da política (NAUDEAU *et al.*, 2011, p. 92, grifos nossos).

Sobre a oferta, destacam que o seu custo-efetividade se materializa pelo baixo custo das múltiplas formas de atendimento, incluindo salas de aula, centros comunitários, instituições religiosas (por exemplo, igrejas, mesquitas etc.), casas das famílias “ou mesmo sob uma árvore” (NAUDEAU *et al.*, 2011, p. 102). Esses centros podem pertencer, ser financiados ou geridos por uma série de entidades, como o governo, a comunidade, as organizações sem fins lucrativos, as empresas privadas e as instituições religiosas, ou por parcerias entre essas entidades.

Tanto no estudo de Vegas e Santibañez (2010) quanto em Naudeu *et al.* (2011) as parcerias público-privadas, denominadas *fundos de compartilhamento*, são fortemente orientadas por permitirem uma descentralização dos recursos e da gestão, a fim de envolver recursos públicos, privados, públicos e privados para organizações do terceiro setor e de agências e ONGs internacionais.

O último documento do BM selecionado se intitula *Intensificando o desenvolvimento da primeira infância: investindo na primeira infância com grandes retornos*, de autoria dos consultores Amina D. Denboba, Rebecca K. Sayre, Quentin T. Wodon, Leslie K. Elder, Laura

B. Rawlings e Joan Lombardi, de 2014. O documento também se volta para políticos sobre como investir na primeira infância. O estudo identifica 25 intervenções de DPI a serem realizadas de forma intersetorial, abrangendo os setores de educação, saúde, nutrição, água, saneamento e proteção social.

O documento demonstra um receituário de *pacotes* organizados em cinco eixos: pacote apoio à família; pacote gravidez; pacote nascimento; pacote saúde e desenvolvimento infantil; e pacote pré-escola, em um processo multidimensional e sequencial (DENBOBA *et al.*, 2014a). O primeiro pacote estimula o apoio parental para famílias em situação vulnerável via educação materna e programas de transferência de assistência social, com base no apoio de renda, que alavancam investimentos no capital humano. O segundo versa sobre atendimento especializado ao pré-natal e aconselhamento às mães, com vistas à prevenção da mortalidade infantil. O terceiro postula sobre a nutrição e a imunização de crianças do nascimento aos 5-6 anos.

Os três primeiros dão base, segundo Denboba *et al.* (2014a), para o pacote pré-escola, que abrange o período dos 3 aos 6 anos, com programas de DPI – programas de educação pré-escolar e da primeira infância (não escolar, de modo a envolver a educação parental) – que visam à preparação para o ensino primário, a fim de melhorar o desempenho acadêmico e evitar repetências e evasões.

Para que isso se concretize, é necessário desenvolver “*Serviços integrados para alcançar sinergias e redução de custos*” (DENBOBA *et al.*, 2014a, p. 17), enfatizando o papel dos múltiplos parceiros entre o público e o privado, do planejamento de políticas até a coordenação de intervenções, com sinergias por meio da prestação de serviços integrados. Todas essas ações são muito importantes em contextos nos quais as mães e as crianças pequenas dificilmente alcançam.

Por fim, o estudo fomentado pelo BID para o desenvolvimento das Américas, intitulado *Os primeiros anos: o bem-estar infantil e o papel das políticas*, editado por Samuel Berlinski e Norbert Schady, de 2016, também aponta para elementos importantes sobre a pauta de DPI. Salienta como “alternativa mais rentável o investimento no desenvolvimento infantil” (BERLINSKI; SCHADY, 2016, p. 153). A respeito disso, os autores asseveram:

A aplicação de recursos na primeira infância é um dos **melhores investimentos que um governo pode fazer**. Para começar, quanto mais cedo um governo investe na criança, mais tempo o país terá para colher os benefícios. Além disso, a taxa de retorno de certos investimentos pode ser mais baixa quando se investe mais tarde na vida (por exemplo, depois de uma certa idade, é mais difícil obter ganhos em coeficiente de inteligência, ou QI).

**Por fim, os investimentos em desenvolvimento na primeira infância geram um efeito dominó nos investimentos subsequentes; em outras palavras, o retorno do investimento em capital humano é mais alto quando ele é feito nos primeiros anos de vida. Por outro lado, as disparidades nos resultados do desenvolvimento infantil já estão presentes antes que a criança comece o ensino fundamental.** O investimento público na primeira infância pode funcionar como uma poderosa **força equalizadora** (BERLINSKI; SCHADY, 2016, p. 153, grifos nossos).

Os conceitos ‘investimento’, ‘capital humano’ e ‘equidade’ são a tríade das recomendações do estudo de Berlinki e Schady, publicado pelo BID (2016). Para respaldar o discurso desta tríade, conduz-se uma análise comparativa dos gastos, utilizando dados de despesas públicas na América Latina e no Caribe relacionados à primeira infância, em comparação com países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), bem como Chile, Colômbia e Guatemala. O objetivo é promover o desenvolvimento de programas que envolvam visitas domiciliares, creches em tempo integral e atividades educativas em meio período para crianças pré-escolares, visando enriquecer seu desenvolvimento e prepará-las para a entrada na escola. O modelo para esses programas estima os custos de três grupos de insumos: recursos humanos; infraestrutura; e nutrição, equipamento e materiais.

Contudo, os autores elegeram, a partir de comparações entre programas, que os de visitação domiciliar constituem a opção menos dispendiosa, por não “requerer despesas com infraestrutura ou nutrição. Entre os programas de qualidade estrutural básica, a creche é menos dispendiosa do que a pré-escola” (BERLINSKI; SCHADY, 2016, p. 186).

Além disso, tais programas podem ter intervenção pública sem descontar a participação do setor privado de forma direta, por ter uma ampla flexibilização no repasse de recursos na maioria dos países da região: “O governo pode fornecer subsídios diretos para os provedores ou, indiretamente, para os consumidores, independentemente do tipo de provedor de serviços – público ou privado” (BERLINSKI; SCHADY, 2016, p. 199).

A integração da governança e intersectorialidade entre os vários setores e as instituições responsáveis por programas e políticas equivalem às estratégias apontadas pelos consultores do Banco Mundial, tanto em coordenação horizontal entre setores, como saúde, nutrição, saneamento, educação, trabalho e proteção social, quanto em vertical entre os níveis de governo nacional, subnacional e local.

Os atores de governança local são denominados *influentes externos da sociedade civil*, organizações de base, acadêmicos, setores de negócios e organizações internacionais, atuando

em áreas, como prestação de contas – com introdução a uma concorrência intersetorial por financiamento, redundância nos programas e alocação de recursos subótima –, monitoramento e avaliação e/ou desenvolvimento de padrões e modelos já consolidados, por mensurarem o baixo custo com bons retornos econômicos. Já as intencionalidades educativas se voltam à focalização equitativa das crianças em vulnerabilidade e priorizam ações de preparação para etapas posteriores de ensino, com respaldo em modelos já solidificados e que são avaliados com bons resultados, com os objetivos disseminados pelo DPI do Banco Mundial.

O *como* é priorizado com justificativas múltiplas a partir das boas práticas nacionais à experiência internacional – da validação de dados e modelos –, com o fim de prescrever uma agenda de políticas dos modelos com base em evidências: programas e serviços equitativos intersetoriais de DPI não formais ou mistos, por apresentarem um menor custo de investimento, de retorno financeiro, da flexibilidade dos profissionais que ali atuam e dos espaços/gestão da sua operacionalização na gestão da pobreza e da vulnerabilidade. Em todos os estudos, os *experts* trabalham com o conhecido pautado em evidências para apoiar a adoção de certas políticas em vez de outras, apresentando vantagens em relação às formas de tomada de decisão simplesmente políticas ou ideológicas, sobretudo por instrumentalizar os caminhos de cumprimento da agenda global de DPI.

Os argumentos do Banco Mundial e de seus *experts* buscam legitimar as boas práticas como caminhos possíveis para investir na primeira infância, a fim de desenvolvê-la como um retorno viável para a gestão da pobreza. Eles, por sua vez, conferem a centralidade de DPI na construção de arranjos de *serviços* intersetoriais como alternativa de investimento e filantropia de impacto social. A pobreza nos anos iniciais da infância vem se transformando, de modo cada vez mais evidente, em mercadoria, ainda que sob o pretexto de uma nova forma de filantropia da participação colaborativa entre Estado e sociedade civil privatista. A orientação internacional à regional da agenda aos países latino-americanos dissemina e harmoniza uma construção de empreendedorismo de políticas com a entrega de desenvolvimento e política de ajuda (BALL, 2014).

Portanto, os argumentos do Banco, sinalizados ao longo do estudo, instrumentalizam a agenda internacional e desenvolvem uma *advocacy* política baseada em evidências, respaldando-se em decisões políticas em pesquisas sólidas que mostram o tipo de políticas que funciona. No entanto, é sabido que as evidências podem ser facilmente instrumentalizadas para respaldar a adoção de determinadas políticas em detrimento de outras. Em outras palavras, o DPI pode se tornar meramente um instrumento de natureza econômica, sem buscar



efetivamente elevar a infância e suas famílias de sua condição de vulnerabilidade, proporcionando educação de qualidade e mobilidade social.

A produção contínua de uma ampla variedade de documentos que fornece constantemente informações às partes interessadas e orientações sobre prioridades políticas subsidia a formação de uma rede regional para consulta e divulgação de estudos. Esse processo ocorre por meio de consultorias e assessorias técnicas destinadas aos países interessados no planejamento e na implementação de políticas, com o objetivo de promover a convergência de agendas e ações.

Ademais, ressalta-se a importância dos *mundos presumidos* dos formuladores de políticas (MCPHERSON; RAAB, 1988) e sua capacidade de fazer trabalho político para realizar agendas, além do contexto nacional, e intermediar novos significados, à medida que traduzem políticas, evidências e conhecimentos entre diferentes locais (LENDVAI; STUBBS, 2007), legitimando, por meio do seu *know-how*, quais práticas os países devem seguir e o porquê.

Os *experts* buscam, nos estudos, mobilizar o capital cultural e atuam como atores-chave em redes: realizam trabalhos de governança que mobilizam ou articulam blocos políticos; constroem alianças, negociam e conciliam interesses; montam projetos que definem a direção e o propósito de governar (BOSWELL, 2009) e como institucionalizar certas políticas em detrimento de outras. Outrossim, cumpre assinalar que são atores políticos “escolhidos”, sendo mediadores e tradutores das Organizações Mundiais (OM), com poder considerável de interpretar os dados e transformá-los em recomendações de políticas.

## Conclusão

O presente artigo buscou apresentar uma análise sobre os argumentos do Banco Mundial – e de seus *experts* – para Desenvolver a Primeira Infância. Esta, por sua vez, tem como base a defesa do desenvolvimento que tende a enaltecer a lógica do mercado e da economia, sendo as causas da crise propulsoras da desigualdade social; a educação seria, então, um mecanismo de obtenção de redução da pobreza e o desenvolvimento da capacidade produtiva. Assim, a Educação Infantil, na perspectiva de DPI sinalizada, torna-se objeto de programas e políticas nos Estados como investimento de capital futuro – e, como bom investimento social, tornou-se epicentro da pauta das instituições ligadas ao Terceiro Setor pela América Latina.

Tomemos como exemplo o Brasil, por meio da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), Fundação parceira do Todos pela Educação (TPE). A Instituição vem convergindo com a pauta do Banco Mundial de *investir na primeira infância com grandes retornos* ao orientar empreendedores a apoiar o DPI, cuja Educação Infantil é vista como um negócio de impacto social em programas que envolvem a educação de pais, familiares, cuidadores e profissionais da saúde e desenvolvimento social (FMCSV, 2016). Sobre oportunidades de negócio para a Educação Infantil, a Fundação destaca possibilidades na formação de professores; infraestrutura para escolas; brinquedos, aplicativos ou ferramentas voltadas à gestão; organização de espaços filantrópicos pela quantidade de crianças fora da escola (BORTOT; SCAFF, 2020).

À guisa de conclusão, os argumentos do Banco Mundial para DPI, desde 1970, têm incorporado o discurso de alívio da pobreza para grandes retornos econômicos e, nos últimos anos, orientam que parcerias entre os setores públicos e privados sejam firmadas, implicando o “desenvolvimento de uma nova esfera de poder inteiramente dedicada aos fins privados, e não aos sociais” (WOOD, 2010, p. 36). Nesse contexto, o termo 'fazer político' está vinculado, sob uma nova roupagem, ao fazer econômico, por meio do empresariado social, em uma agenda que envolve descentralização, influência ideológica e privatização dos serviços públicos de educação.

Defende-se que Desenvolver a Primeira Infância é fundamental em uma perspectiva crítica, emancipatória e decolonial para que avancemos enquanto sociedade interessada no desenvolvimento integral dos sujeitos, e não em uma perspectiva pautada em interesses econômicos e mercantis. É preciso romper com a produção de conhecimentos chancelados cientificamente que fornece as diretrizes e as recomendações por intermédio das quais a população infantil pobre é comparada às normas do que se define como desenvolvimento humano saudável e preparada, a longo prazo, para se tornar produtiva.

## REFERÊNCIAS

- ACKERMAN, D; BARNETT, S. Prepared for Kindergarten: What Does “Readiness” Mean? **NIEER Policy Report**, 2005.
- ARAÚJO, A. **Aprendizagem infantil**: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2011.
- ATINC, T. M. Prefácio. *In*: NAUDEAU, S. *et al.* **Como investir na Primeira Infância**: um guia para a discussão de políticas e a preparação de Projetos de Desenvolvimento da Primeira Infância. Washington, DC: The World Bank, São Paulo: Singular, 2011.
- BALL, S. **Educação global S. A.**: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução: Janete Bridon. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2014.
- BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estrategias para la educación**: estudio sectorial del Banco Mundial. Washington, DC: Banco Mundial, 1995.
- BANCO MUNDIAL. **Estrategia sectorial de educación**. Washington, DC: Grupo del Banco Mundial, 2000.
- BANCO MUNDIAL. **Education sector strategy update**. Achieving education for all, broadening our perspective, maximizing our effectiveness. Washington, DC: Banco Mundial, 2006.
- BANCO MUNDIAL. **Early child development, from measurement to action**: a priority for Growth and Equity. Washington, DC: Banco Mundial, 2007.
- BERLINSKI, S.; SCHADY, N. **Os primeiros anos**: o bem-estar infantil e o papel das políticas públicas. Washington, DC: BID, 2016.
- BORTOT, C. M. **Transferência de Políticas Educacionais para a Infância na América Latina e Caribe**: práticas intersetoriais de Governança Global nos casos cubano e brasileiro. 2022. 450 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.
- BORTOT, C. M.; LARA, A. M. B. Las políticas de Educación y cuidados en la primera infancia para América Larina: intencionalidades y encaminamientos en la propuesta d la UNESCO. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 3, p. 1767-1781, out. 2019.
- BORTOT, C. M.; SCAFF, E. A. S. O direito à qualidade da/na educação infantil: entre a maximização do direito e as intencionalidades do privado. **Eccos – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 52, p. 1-18, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/13269/8277>. Acesso em: 16 jun. 2022.
- BOSWELL, C. Knowledge, legitimation and the politics of risk: the functions of research in public debates on migration. **Political Studies**, v. 57, p. 165-186, 2009.

BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social: teoria e ejercicios**. 7. ed. Madrid: Paraninfo, 1991.

BRITO NETO, A.; SHIROMA, E. O. O professor na mira das reformas: orientações do “Projeto Estratégico Regional sobre Docentes para América Latina e Caribe”. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO: INSURREIÇÕES, PASSADO E PRESENTE, 2015, Niterói, RJ. **Anais** [...]. Niterói, RJ: NIEP-Marx, 2015.

CARVALHO, R. S. O investimento na formação do cidadão do futuro: a aliança entre economia e educação infantil como estratégia da governamentalidade contemporânea. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 2, p. 229-253, abr./jun. 2016.

DENBOBA, A. D. *et al.* **Intensificando o desenvolvimento da Primeira Infância: investindo na Primeira Infância com grandes retornos**. Washington, DC: Banco Mundial; São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2014a.

DENBOBA, A. D. *et al.* **Investing in young children: key interventions and principles to ensure all young children reach their full potential**. Washington, DC: Banco Mundial, 2014b.

DENBOBA, A. D. *et al.* **Investing in young children: the SABER Systems approach**. Washington, DC: Banco Mundial, 2014c.

EVANS, D. K.; KOSEC, K. **Educação Infantil: programas para a geração mais importante do Brasil**. Washington, DC: Banco Mundial, São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2011.

FMCSV. **Empreendedorismo e negócios de impacto social para a Primeira Infância**. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2016.

GAAG, J. V. D.; TAN, J-P. **The benefits of early child development programs an economic analysis**. Washington, DC: Banco Mundial, 1998.

HECKMAN, J. J. Policies to foster human capital. **Research in Economics**, v. 54, n. 1, p. 3-56, 2000.

HECKMAN, J. J. *et al.* **The Impact of the Perry Preschool Program on Noncognitive Skills of Participants**. Chicago: University of Chicago, Department of Economics, 2008.

HECKMAN, J. J.; PINTO, R.; SAVELYEV, P. Understanding the mechanisms through which an influential early childhood program boosted adult outcomes. **American Economic Review**, v. 103, n. 6, p. 2052-2086, 2013.

LENDVAI, N.; STUBBS, P. Policies as Translation: situating trans-national social policies. *In*: **Policy reconsidered: meanings, politics and practices** edited by Susan M. Hodgson and Zoë Irving. Bristol: Policy Press, 2007, p. 173-189.

MARQUEZ, C. G. **As políticas multissetoriais e integradas do Banco Mundial no Brasil: a infância como capital humano do futuro**. 2016. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

McPHERSON A.; RAAB, C. **Governing Education: A sociology of policy since 1945**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1988.

MYERS, R. G. **Early childhood development programs in Latin America: toward definition of an investment strategy**. Washington, DC: The World Bank, 1992.

NAUDEAU, S. *et al.* **Como investir na Primeira Infância: um guia para a discussão de políticas e a preparação de Projetos de desenvolvimento da Primeira Infância**. Washington, DC: The World Bank, 2010, São Paulo: Singular, 2011.

PENN, H. A Primeira Infância: a visão do Banco Mundial. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 7-24, 2002.

PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SAYE, R. K.; WODON, Q. T. **Investing in young children: a review of the World Bank's recent experience**. Washington, DC: Banco Mundial, 2014.

SHIROMA, E. O. Networks in action: new actors and practices in education policy in Brazil. **Journal of Education Policy**, v. 29, n. 3, p. 323-348, 2014.

SHIROMA, E. Redes, experts e a internacionalização de políticas educacionais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, PR, v. 5, p. 1-22, 2020.

UNICEF. **Un mundo listo para aprender: dar prioridad a la educación de calidad en la primera infancia**. Documento informativo de promoción. Nueva York: UNICEF, 2019.

VEGAS, E.; SANTIBÁÑEZ, L. **The promise of early childhood development in Latin America and the Caribbean issues and policy options: book synopsis**. Washington, DC: The World Bank, 2010.

VIANA, I. A. **Investimento produtivo em educação no Brasil: educação Infantil para crianças pobres**. 2012. 123 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2012.

WOOD, E. M. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2010.

WORLD BANK. **Educacion: document de politica setorial**. Washington, DC: Banco Mundial, 1974.

WORLD BANK. **Education: sector policy paper**. Washington, DC: Banco Mundial, 1980.

YOUNG, M. E. **Early child development: investing in the future**. Washington, DC: The World Bank, 1996.

### *CRediT Author Statement*

---

**Reconhecimentos:** Não aplicável.

**Financiamento:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes/Proex

**Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.

**Aprovação ética:** Trata-se de uma pesquisa documental, o que não demandou de aprovação de Comitê de Ética.

**Disponibilidade de dados e material:** Não aplicável.

**Contribuições dos autores:** Trata-se de um trabalho em que a maioria dos dados são oriundos da Tese de Doutorado em Educação intitulada "Transferência de Políticas Educacionais para a Infância na América Latina e Caribe: práticas intersetoriais de governança global nos casos cubano e brasileiro", defendida pelo PPGE/UFPR de Camila Maria Bortot (primeira autora). A orientação da pesquisa ficou sob a responsabilidade de Elisângela Scaff (segunda autora). Kellcia Rezende Souza (terceira autora) foi membro da banca de defesa e participou da elaboração do artigo contribuindo para o aprofundamento da temática que foram acrescidas para a publicação. Conjuntamente as três autoras realizaram aprofundamentos analíticos alinhados às pesquisas da Rede Internacional de Pesquisa Pontes Lusófonas, das quais são participantes.

---

**Processamento e editoração:** Editora Ibero-Americana de Educação.  
Revisão, formatação, normalização e tradução.

